



Piauí
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS
HÍDRICOS – SEMAR



Colégio
00001

Sala
0001

Ordem
0001

Maio/2018

Concurso Público para provimento de cargos de
Auditor Fiscal Ambiental

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Estudo de Caso

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Objetivos são alcançados com disciplina e perseverança.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) ○ (D) ○ (E) ○
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de calculadora, livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Estudo de Caso, a tinta, no caderno apropriado.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) no caderno correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Língua Portuguesa**

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 6.

Com cerca de 16% da água doce disponível na Terra, o Brasil é um país rico nesse insumo que a natureza provê de graça. Cada habitante conta com mais de 43 mil m³ por ano dos mananciais, mas apenas 0,7% disso termina utilizado. Nações como a Argélia e regiões como a Palestina, em contraste, usam quase a metade dos recursos hídricos disponíveis, e outras precisam obter recursos hídricos por dessalinização de água do mar.

Só em aparência, contudo, é confortável a situação brasileira. Em primeiro lugar, há o problema da distribuição: o líquido é tanto mais abundante onde menor é a população e mais preservadas são as florestas, como na Amazônia. No litoral do país, assim como nas regiões Sudeste e Nordeste (onde se concentra 70% da população), muitos centros urbanos já enfrentam dificuldades de abastecimento.

Para anuviar o horizonte, sobrevêm os riscos de piora com o aquecimento global. Com as crescentes emissões de gases do efeito estufa, a atmosfera terrestre retém mais calor do Sol perto da superfície. Aumenta, assim, a temperatura das massas de ar, energia que alimenta os ventos e tempestades.

Se os resultados das simulações do clima futuro feitas por modelos de computador estiverem corretos, algumas regiões poderão sofrer estiagens mais frequentes e graves, enquanto outras ficarão sujeitas a inundações.

O Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas, um comitê com alguns dos maiores especialistas do país em climatologia, fez projeções sobre as alterações prováveis nas várias regiões, mas com diferentes graus de confiabilidade. As mais confiáveis valem para a Amazônia (aumento de temperatura de 5 °C a 6 °C e queda de 40% a 45% na precipitação até o final do século), para o semiárido, no Nordeste (respectivamente 3,5 °C a 4,5 °C e -40% a -50%), e para os pampas, no Sul (2,5 °C a 3 °C de aquecimento e 35% a 40% de aumento de chuvas).

Não é possível afirmar com certeza que recentes secas no Sudeste e no Nordeste ou as inundações em Rondônia tenham relação direta com a mudança global e regional do clima. Tampouco se pode excluir que tenham. Por outro lado, é certo que esses flagelos, assim como o custo bilionário que acarretam, constituem uma boa amostra do que se deve esperar nas próximas décadas para o caso de o aquecimento global se agravar.

Ficar sem água, porém, é cena cada vez mais incomum no Nordeste, mesmo no semiárido, região onde moram 22 milhões de pessoas e onde as chuvas são pouco previsíveis. Um sistema improvisado de cisternas e açudes já supre, ainda que de forma irregular, as necessidades básicas da população, mesmo a mais isolada.

É uma realidade muito diferente das muitas secas do passado. Algumas das piores estiveram associadas ao fenômeno El Niño, aquecimento anormal das águas do Pacífico que costuma ser acompanhado de estiagens severas na Amazônia e no Nordeste.

(Adaptado de: Projeto multimídia Líquido e Incerto. Autores: ALMEIDA, Lalo de. LEITE, Marcelo. GERAQUE, Eduardo. CANZIAN, Fernando. GARCIA, Rafael. AMORA, Dimmi. Disponível em: arte.folha.uol.com.br)

1. Considere as afirmações abaixo.
- I. Depreende-se do texto que, apesar de não provirem de planejamento consistente, foram encontradas soluções para mitigar as secas na região Nordeste, as quais já foram mais acentuadas no passado.
 - II. Segundo as previsões do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas, devido ao aquecimento global, as regiões Norte, Nordeste e Sul do Brasil apresentarão forte queda no volume de chuvas e aumento na temperatura média.
 - III. Embora possua água doce em abundância, o Brasil tem problemas de distribuição deste produto, pois os locais com o maior número de habitantes são justamente aqueles em que os recursos hídricos são menores.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I.
- (B) I e III.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) III.



2. Mantendo-se a correção e o sentido, sem que nenhuma outra alteração seja feita na frase, o termo sublinhado pode ser substituído pelo que se encontra entre parênteses em:
- (A) *Tampouco* (Porquanto) *se pode excluir que tenham*. (6º parágrafo)
 - (B) *Ficar sem água, porém*, (muito embora) *é cena cada vez mais incomum no Nordeste...* (7º parágrafo)
 - (C) *Com cerca de* (o equivalente à) *16% da água doce disponível na Terra...* (1º parágrafo)
 - (D) *Só em aparência, contudo*, (entretanto) *é confortável a situação brasileira*. (2º parágrafo)
 - (E) ... *mas* (conquanto) *apenas 0,7% disso termina utilizado*. (1º parágrafo)
-
3. ... *energia que alimenta os ventos e tempestades*. (3º parágrafo)
- No contexto, o verbo da frase acima possui o mesmo tipo de complemento do que se encontra em:
- (A) *região onde moram 22 milhões de pessoas*
 - (B) *sobrevêm os riscos de piora com o aquecimento global*
 - (C) *Em primeiro lugar, há o problema da distribuição*
 - (D) *o Brasil é um país rico nesse insumo*
 - (E) *Aumenta, assim, a temperatura das massas de ar*
-
4. A respeito do 1º parágrafo, afirma-se corretamente:
- (A) No segmento *Nações como a Argélia e regiões como a Palestina*, uma vírgula pode ser inserida imediatamente após “Argélia”, uma vez que separa sujeitos de orações diferentes.
 - (B) O segmento *Cada habitante conta com mais de...* pode ser substituído por “Cada um dos habitantes do país contam com mais de”, sem prejuízo do sentido e da correção.
 - (C) Sem prejuízo da correção e do sentido, o segmento *...o Brasil é um país rico nesse insumo que a natureza provê...* pode ser alterado do seguinte modo: “o Brasil – país rico nesse insumo – que, a natureza provê...”.
 - (D) No segmento *...outras precisam obter recursos hídricos...* o elemento sublinhado pode ser substituído pelo pronome “lhes”.
 - (E) Como o verbo “prover” admite complemento, o segmento *que a natureza provê de graça* pode ser reescrito do seguinte modo: “que a natureza provê de graça à população”.
-
5. Está correta a pontuação do seguinte trecho adaptado do texto:
- (A) Porém, ficar sem água, é cena cada vez mais, incomum no Nordeste, mesmo no semiárido: região onde moram 22 milhões de pessoas, e onde as chuvas são pouco previsíveis.
 - (B) Há em primeiro lugar, o problema da distribuição, o líquido é tanto mais abundante onde menor é a população.
 - (C) A atmosfera terrestre, retém, com as crescentes emissões de gases do efeito estufa, mais calor do Sol perto da superfície.
 - (D) Não é possível afirmar, com certeza, que, recentes secas no Sudeste e no Nordeste, ou as inundações em Rondônia tenham relação direta com a mudança global e regional do clima.
 - (E) Nas regiões Sudeste e Nordeste, onde se concentra 70% da população, muitos centros urbanos já enfrentam dificuldades de abastecimento.
-
6. A redação em que se respeitam as normas de concordância verbal está em:
- (A) Supre-se, mesmo que de forma irregular, por meio de um sistema improvisado de cisternas e açudes, as necessidades básicas da população.
 - (B) Associa-se o fenômeno *El Niño*, aquecimento anormal das águas do Pacífico, a algumas das graves secas que o Brasil já enfrentou.
 - (C) Que recentes secas no Sudeste e no Nordeste ou inundações em Rondônia tenham relação direta com alterações globais e regionais do clima não se tratam de afirmações comprováveis.
 - (D) Flagelos, como secas e inundações, bem como o alto custo associado a elas, provê uma amostra confiável das consequências do agravamento do aquecimento global.
 - (E) É por meio do processo de dessalinização da água do mar que se obtém, em algumas regiões, os recursos hídricos necessários.



7. Está correto o uso do elemento sublinhado na frase que se encontra em:
- (A) No cenário pessimista, a superfície da Terra, em cujas emissões crescem em ritmo acelerado, poderia aquecer até 4,8 °C ao longo deste século.
 - (B) Segundo representantes da comunidade científica, há evidências empíricas a partir da qual a Terra está aquecendo mais rápido do que se poderia prever.
 - (C) A ausência de estudos a respeito de um “hiato” no aumento das temperaturas foi criticada por pesquisadores para os quais a mudança climática seria um fenômeno natural.
 - (D) Seria desejável evitar o aquecimento terrestre no qual poderia fazer com que o nível dos oceanos chegue a 82 centímetros.
 - (E) Os cientistas têm alertado a classe política sobre os avanços do aquecimento global a cujas consequências seriam desastrosas.

8. O aquecimento global pode se intensificar.
Medidas devem ser tomadas.
Frear o desmatamento pode evitar a intensificação do aquecimento global.
O desmatamento deve ser freado especialmente nas regiões tropicais do planeta.

Evitando repetições desnecessárias, o conteúdo principal das informações acima está articulado com correção e lógica em:

- (A) Medidas capazes de frear o desmatamento, especialmente nas regiões tropicais do planeta, devem ser tomadas; do contrário, o aquecimento global pode se intensificar.
- (B) Ao passo que as regiões tropicais do planeta devem ser especialmente protegidas do desmatamento, o aquecimento global pode se intensificar; assim, frear-lhe é medida fundamental para evitá-lo.
- (C) Frear o desmatamento evitaria a intensificação do aquecimento global; para tanto, deve-se impedi-lo, assim como é fundamental a proteção as regiões tropicais do planeta.
- (D) Como o aquecimento global pode se intensificar, devem ser tomadas medidas para freá-lo, evitando assim sua intensificação, conquanto deve ser protegida especialmente, as regiões tropicais do planeta.
- (E) Na medida que frear o desmatamento, especialmente nas regiões tropicais do planeta, poderia evitar que o aquecimento global se intensificasse, com as devidas medidas.

9. Leia o que se afirma abaixo a respeito dos Atos Oficiais do governo, conforme estipulado no Manual de Redação Oficial do Estado do Piauí.

- I. O objetivo do fecho dos atos oficiais é demarcar o fim da exposição do assunto e proporcionar a saudação ao destinatário.
- II. Para atos de comunicação tais como o memorando, o memorando-circular, o ofício e o ofício-circular, são utilizados dois tipos de fecho: *Respeitosamente*, para autoridades superiores; *Atenciosamente*, para autoridades de mesma hierarquia ou hierarquia inferior.
- III. O **Aviso** é utilizado pela Administração pública para tornar público assunto de seu interesse. Por ser multidirecional, deve trazer destinatário, fecho e expressões de cortesia.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I.
 - (B) II e III.
 - (C) I e III.
 - (D) I e II.
 - (E) III.
10. De acordo com o Manual de Redação Oficial do Estado do Piauí, o pleonasma passa a ser vicioso quando a repetição de ideia não traz nenhuma energia à expressão, devendo, nesse caso, ser evitado. Desse modo, contém pleonasma a ser evitado a frase que se encontra em:
- (A) Deve-se planejar o evento antecipadamente para evitar surpresas inesperadas de última hora.
 - (B) Para não haver imprevistos, todo evento deve ser planejado meticulosamente.
 - (C) É fundamental que o evento seja planejado com rigor a fim de assegurar o sucesso da empreitada.
 - (D) Quando se planeja um evento com eficiência, costuma sobrar tempo para cuidar de imprevistos.
 - (E) O planejamento de um evento bem-sucedido envolve a definição de etapas e métodos.

**Direito Constitucional**

11. À luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, ação popular movida perante o STF, visando à anulação de Decreto do Presidente da República que promove a supressão de unidade de conservação, por inadequação do instrumento empregado para esse fim, será
- (A) inadmissível, por não possuir o STF competência para processar e julgar ações dessa natureza, embora, no mérito, seja procedente o argumento que lhe serve de fundamento.
 - (B) inadmissível, por não possuir o STF competência para processar e julgar ações dessa natureza, sendo, ademais, improcedente o argumento que lhe serve de fundamento, no mérito.
 - (C) admissível, por se tratar de ação de competência originária do STF, embora, no mérito, seja improcedente o argumento que lhe serve de fundamento.
 - (D) admissível, por se tratar de ação de competência originária do STF, sendo, ademais, procedente o argumento que lhe serve de fundamento, no mérito.
 - (E) inadmissível, por não poder a ação popular ser utilizada como substitutivo de ação de controle de constitucionalidade, embora possua o STF competência para o julgamento de ações populares que visem à anulação de atos do Presidente da República, e, no mérito, seja procedente o argumento que lhe serve de fundamento.
-
12. À luz da Constituição Federal, eventual lei estadual em matéria de responsabilidade por dano ao meio ambiente será
- (A) inconstitucional, por se tratar de matéria inserida na competência dos Municípios para atender ao interesse local.
 - (B) constitucional, na medida em que o Estado o faça em caráter suplementar, podendo, na inexistência de lei federal sobre a matéria, exercer a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.
 - (C) inconstitucional, por se tratar de matéria de competência legislativa privativa da União, a despeito de a proteção do meio ambiente ser competência material comum a todos os entes da federação.
 - (D) constitucional, desde que lei complementar federal autorize Estados e Municípios a legislar sobre aspectos específicos da matéria e o Estado o faça para atender a suas peculiaridades.
 - (E) constitucional, desde que inexistente lei federal ou municipal sobre a matéria e o Estado o faça para atender a suas peculiaridades.
-
13. Considere as seguintes situações à luz da disciplina constitucional da função social da propriedade e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:
- I. Decreto estadual que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, imóvel rural que não utiliza de maneira adequada os recursos naturais disponíveis, com vistas a destiná-lo ao estabelecimento de colônia agrícola.
 - II. Lei complementar federal que dispõe sobre procedimento especial de rito sumário para o processo judicial de desapropriação para fins de reforma agrária.
 - III. Constituição estadual que estabelece a obrigatoriedade de Municípios com mais de cinco mil habitantes aprovarem plano diretor, como instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, prevendo as exigências fundamentais de ordenação da cidade de acordo com as quais se aferirá o cumprimento da função social da propriedade urbana.
 - IV. Decisão judicial que reconhece direito a usucapião de área urbana de 200 metros quadrados a quem, não sendo proprietário de outro imóvel, por cinco anos ininterruptos e sem oposição, utilizou referida área urbana para moradia de sua família, deixando de observar, no caso, lei municipal que fixa o módulo urbano mínimo em 300 metros quadrados.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) I e III.
 - (B) I e IV.
 - (C) I, II e III.
 - (D) II, III e IV.
 - (E) II e IV.



14. Em decorrência de evento danoso ao meio ambiente, tipificado em lei como crime ambiental, causado em razão da atividade empresarial de determinada pessoa jurídica, são adotadas duas providências simultaneamente pelo órgão do Ministério Público: a promoção de ação civil pública contra a pessoa jurídica em questão, para ressarcimento dos danos ambientais, e ação penal, em face exclusivamente da referida pessoa jurídica, sem a imputação simultânea de conduta criminosa a seus dirigentes. Nessa hipótese, à luz da Constituição Federal,
- (A) não é possível pretender responsabilizar a mesma pessoa jurídica nas esferas cível e penal, por um único evento danoso, devendo ser dada precedência à ação penal, sempre que, como no caso relatado, uma conduta for tipificada em lei como crime ambiental.
 - (B) a ação penal deveria ter sido ajuizada primeiramente e, apenas em caso de condenação, poderia ser perseguida a reparação por danos ambientais na esfera cível, em face da pessoa jurídica.
 - (C) a ação penal deveria ter sido ajuizada primeiramente e incluído imputação de condutas criminosas a pessoas físicas, sob pena de ofensa ao princípio constitucional da individualização da pena, e, apenas em caso de condenação, poderia ser perseguida a reparação por danos ambientais na esfera cível, em face dos responsáveis.
 - (D) ambas ações são admissíveis, em tese, uma vez que a responsabilização civil e a penal em matéria ambiental são independentes e podem se dar simultaneamente, e tanto uma quanto outra ação podem prosseguir exclusivamente em face da pessoa jurídica.
 - (E) embora a responsabilização civil e a penal em matéria ambiental sejam independentes e possam se dar simultaneamente, a ação penal não poderá prosseguir exclusivamente em face da pessoa jurídica, sem a imputação concomitante de condutas criminosas a pessoas físicas, sob pena de ofensa ao princípio constitucional da individualização da pena.

15. Considere os seguintes excertos, extraídos de textos normativos e jurisprudenciais, referentes aos princípios ambientais do ordenamento jurídico brasileiro:

- I. (...) *quando exista ameaça de sensível redução ou perda de diversidade biológica, a falta de plena certeza científica não deve ser usada como razão para postergar medidas para evitar ou minimizar essa ameaça.*
- II. *Determinado dispositivo da lei que institui o Sistema Nacional das Unidades de Conservação densifica o princípio ..., este a significar um mecanismo de assunção de responsabilidade social (partilhada, insista-se) pelos custos ambientais derivados da atividade econômica. (...) Nessa ampla moldura, é de se inferir que o fato de, aqui e ali, inexistir efetivo dano ambiental não significa isenção do empreendedor em partilhar os custos de medidas preventivas. Isto porque uma das vertentes do princípio ... é a que impõe ao empreendedor o dever de também responder pelas medidas de prevenção de impactos ambientais que possam decorrer, significativamente, da implementação de sua empírica empreitada econômica.*
- III. *Para alcançar o ..., a proteção ambiental constituirá parte integrante do processo de desenvolvimento e não pode ser considerada isoladamente deste, assim como os Estados devem reduzir e eliminar os padrões insustentáveis de produção e consumo, e promover políticas demográficas adequadas.*

Os excertos acima transcritos referem-se, respectivamente, a aspectos dos princípios

- (A) da precaução, do desenvolvimento sustentável e do usuário-pagador.
- (B) do usuário-pagador, da precaução e do desenvolvimento sustentável.
- (C) da precaução, do usuário-pagador e do desenvolvimento sustentável.
- (D) do usuário-pagador, do desenvolvimento sustentável e da precaução.
- (E) do desenvolvimento sustentável, da precaução e do usuário-pagador.

Direito Administrativo

16. A teoria do risco integral, invocada para a responsabilização civil por danos ambientais, predica que as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviço público
- (A) devem assumir todos os riscos e consequências da tutela ambiental, podendo, inclusive, ser responsabilizadas, de forma subsidiária, por atos comissivos de terceiros que infrinjam a legislação protetiva em suas propriedades.
 - (B) respondem objetivamente pelos danos causados por seus agentes, desde que comprovado dolo ou culpa e admitindo o direito de regresso em face do causador do dano.
 - (C) apenas serão responsabilizadas por danos a áreas alçadas à categoria de espaços territoriais ambientalmente protegidos, dada a integração das mesmas ao domínio público.
 - (D) possuem responsabilidade subjetiva por atos de seus agentes que causem dano ao meio ambiente, afastada a necessidade de comprovação de dolo ou culpa apenas em se tratando de conduta omissiva.
 - (E) respondem objetivamente pelos danos causados por seus agentes nesta qualidade, bastando a comprovação do nexo de causalidade entre a conduta e o dano.



17. Suponha que servidor integrante do órgão responsável pela gestão das rodovias estaduais tenha concedido licença para produtor local utilizar a faixa de domínio de determinada estrada vicinal para a venda de hortifrutigranjeiros e artesanato. Posteriormente, verificou-se que o ato concessório estava em desacordo com o diploma legal que disciplina a matéria, eis que não adequados às condições de segurança do tráfego na via em questão. Diante de tal situação,
- (A) o ato concessório poderá ser convalidado por autoridade superior, se superados os vícios identificados, devendo ser revogado se confirmada a ausência de requisitos legais para a concessão.
 - (B) a licença deverá ser revogada, por razões de conveniência administrativa, pelo próprio servidor, ou anulada por seu superior hierárquico.
 - (C) o ato administrativo deverá ser anulado, pela própria administração, com base no poder de autotutela, cabendo também a anulação pelo Poder Judiciário.
 - (D) a autoridade prolatora do ato somente poderá anulá-lo mediante provocação, restando o mesmo convalidado se não houver oposição de terceiros.
 - (E) o ato somente poderá ser reformado pelo Poder Judiciário, que pode reavaliar o seu mérito em face da desconformidade com os requisitos legais.
-
18. Suponha que o Estado tenha adquirido, em processo judicial de execução fiscal, mediante adjudicação, um galpão industrial e, avaliando o potencial do referido imóvel, concluiu que o mesmo não se presta à afetação para finalidade pública específica, sendo, contudo, passível de gerar rendimento financeiro pela sua exploração ou receita proveniente de alienação. Nesse cenário, o bem em questão
- (A) é de uso comum do povo, dotado de inalienabilidade e imprescritibilidade enquanto não afetado a serviço público específico.
 - (B) possui natureza dominial, não necessitando de autorização legislativa para sua alienação, a qual, todavia, demanda prévio procedimento licitatório.
 - (C) não se caracteriza como bem público, sendo passível de livre disposição, independentemente de procedimento licitatório.
 - (D) embora possa ser objeto de exploração econômica desvinculada de finalidade pública direta ou indireta, não pode ser alienado sem autorização legislativa específica.
 - (E) deve ser agregado ao patrimônio disponível do Estado, mediante afetação específica a empresa pública ou sociedade de economia mista.
-
19. A atuação do poder público consistente na concessão de licenças de instalação e funcionamento de empreendimentos, avaliando o cumprimento de condições e requisitos legais e normativos relativos à proteção e preservação do meio ambiente, é expressão
- (A) da atividade regulatória e fiscalizadora a cargo do Poder Público que, posta à disposição da sociedade, enseja a cobrança de tarifa dos solicitantes.
 - (B) do poder regulamentar da Administração, devendo ser suportado com receita proveniente da arrecadação de impostos.
 - (C) da supremacia do interesse público sobre o privado, podendo ser custeada por preço público fixado em decreto.
 - (D) do poder de polícia, ensejando a cobrança de taxa, fixada em lei, para a cobertura do custo administrativo envolvido na atividade demandada.
 - (E) do poder discricionário da Administração, exercido em prol do interesse público e que autoriza a cobrança de outorga para as respectivas concessões.
-
20. De acordo com o disposto na Lei Complementar Estadual nº 013, de 03 de janeiro de 1994, Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Piauí, inclui-se, entre as licenças passíveis de concessão ao servidor, aquela:
- I. para tratar de interesses particulares, a qual, contudo, não pode ser concedida a servidores em estágio probatório ou ocupantes de cargos em comissão.
 - II. por motivo de doença em pessoa da família, independentemente de perícia médica.
 - III. para desempenho de mandato classista, por período não superior a 24 meses.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) I.
 - (B) I e II.
 - (C) II.
 - (D) II e III.
 - (E) III.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. Uma empresa solicitou licença prévia para implementação de sua atividade industrial, que utiliza determinados reagentes químicos e que pode causar ameaças de danos graves ou irreversíveis ao meio ambiente. A autoridade administrativa entendeu que, diante da ausência de certeza científica absoluta, não concederia a licença. O princípio que fundamentou a negativa de licença é o
- (A) da Prevenção.
 - (B) do Poluidor-pagador.
 - (C) da Prevenção.
 - (D) da Responsabilidade pós-consumo.
 - (E) da Cooperação.

22. A Lei nº 6.938/1981, que criou a Política Nacional do Meio Ambiente, estabelece os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituindo o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA. De acordo com tal diploma legal, considere:

- I. O Conselho de Governo, como órgão consultivo e deliberativo, tem a função de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais, bem como estabelecer, privativamente, normas e padrões nacionais de controle da poluição por veículos automotores, aeronaves e embarcações, mediante audiência dos Ministérios competentes.
- II. O Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA tem a função de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais, e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida.
- III. O Ministério do Meio Ambiente, como órgão central, tem a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e controlar, como órgão federal, a política nacional e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente.
- IV. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade têm a função de executar e fazer executar a política e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente, de acordo com as respectivas competências, bem como estabelecer normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente com vistas ao uso racional dos recursos ambientais.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I, II e III.
 - (B) II e III.
 - (C) II, III e IV.
 - (D) I, II e IV.
 - (E) I, III e IV.
23. Segundo a Lei nº 6.938/1981 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA),
- (A) entende-se por poluidor a pessoa física ou jurídica responsável apenas diretamente por atividade causadora de degradação ambiental.
 - (B) somente a pessoa jurídica de direito privado pode ser responsável por atividade causadora de degradação ambiental.
 - (C) o poluidor é obrigado, comprovada a existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade.
 - (D) é vedado aos Municípios elaborar normas supletivas e complementares em relação aos padrões do meio ambiente.
 - (E) tem-se como instrumento da PNMA a instituição do Relatório de Qualidade do Meio Ambiente, a ser divulgado anualmente pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.



24. A Resolução nº 306/2002 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA estabelece os requisitos mínimos e o termo de referência para a realização de auditorias ambientais. Com base na referida normativa,
- (A) o Relatório de Auditoria Ambiental é de responsabilidade técnica dos empreendedores auditados.
 - (B) o Plano de Ação é de responsabilidade da equipe de auditoria e deverá contemplar as ações corretivas para as não conformidades apontadas pelo relatório de auditoria.
 - (C) o Relatório de Auditoria Ambiental e o Plano de Ação deverão ser apresentados, a cada dois anos, ao órgão ambiental competente, para incorporação ao processo de licenciamento ambiental da instalação auditada.
 - (D) o Plano de Emergência constitui-se da parte do sistema de gestão global que inclui estrutura organizacional, atividades de planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos para desenvolver, implementar, atingir, analisar criticamente e manter a política ambiental da instalação.
 - (E) a Auditoria Ambiental constitui-se das políticas, práticas, procedimentos ou requisitos em relação aos quais o auditor compara as evidências coletadas sobre o objeto da auditoria, entendendo-se que os requisitos incluem a legislação ambiental aplicável e o desempenho ambiental.
-
25. A Lei Estadual nº 5.813/2008 cria o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS Ecológico no âmbito do Estado do Piauí para beneficiar Municípios que se destaquem na proteção ao meio ambiente e dá outras providências. Segundo o referido diploma estadual de proteção ambiental,
- (A) o recurso do ICMS Ecológico é prêmio repassado ao Município que conquistar o Selo Ambiental, ficando, no entanto, o Município beneficiado excluído da repartição do ICMS na forma preconizada pelas Leis nº 4.257, de 06 de janeiro de 1989 e nº 5.001, de 14 de janeiro de 1998.
 - (B) para viabilizar o benefício do ICMS Ecológico, fica instituído o Selo Ambiental, que é um documento de certificação ambiental conferido ao Município conforme o nível de sua gestão dos recursos naturais e meio ambiente e se apresenta em cinco categorias: Categoria A, Categoria B, Categoria C, Categoria D e Categoria E.
 - (C) a Categoria A exige a gestão ambiental de acordo com os padrões de desenvolvimento sustentável e conservação da biodiversidade e dos recursos naturais, aproximando-se do que seria ideal conforme discriminado no diploma, com efetivas providências para solução de, pelo menos, oito medidas de proteção ambiental, como, por exemplo, a redução do risco de queimadas, conservação do solo, da água e da biodiversidade e ações de gerenciamento de resíduos sólidos.
 - (D) a Categoria B, em relação ao grupo da Categoria A, estabelece que o Município está caminhando para uma gestão ambiental adequada, já tendo regulamentado e estando em funcionamento, pelo menos quatro das providências de proteção ambiental arroladas no diploma normativo, mas ainda existindo problemas a serem solucionados.
 - (E) a Categoria C estabelece que o Município está dando os primeiros passos para implantar uma política ambiental adequada, que garanta seu desenvolvimento sustentável, com a adoção de apenas três das providências de proteção ambiental arroladas na legislação referida.
-
26. Conforme regulamentação estabelecida pela Resolução nº 237/1997 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA em relação ao licenciamento ambiental,
- (A) o órgão ambiental competente poderá estabelecer prazos de análise diferenciados para cada modalidade de licença, em função das peculiaridades da atividade ou empreendimento, bem como para a formulação de exigências complementares, desde que observado o prazo máximo de 3 meses a contar do ato de protocolar o requerimento até seu deferimento ou indeferimento, ressalvados os casos em que houver EIA/RIMA e/ou audiência pública, quando o prazo será de até 6 meses.
 - (B) o prazo de validade da Licença Prévia – LP deverá ser, no mínimo, o estabelecido pelo cronograma de elaboração dos planos, programas e projetos relativos ao empreendimento ou atividade, não podendo ser superior a 10 anos.
 - (C) o prazo de validade da Licença de Operação – LO deverá considerar os planos de controle ambiental e será de, no mínimo, 4 anos e, no máximo, 5 anos.
 - (D) o órgão ambiental competente, mediante decisão motivada, poderá modificar os condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar uma licença expedida, quando ocorrer violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais.
 - (E) a Licença de Instalação – LI autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação.
-
27. De acordo com a Lei Complementar Federal nº 140/2011, compete ao Estado promover o licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos:
- (A) localizados ou desenvolvidos em unidades de conservação instituídas pelo Estado, exceto em Áreas de Proteção Ambiental – APAs.
 - (B) que atendam tipologia estabelecida por ato do Poder Executivo, a partir de proposição da Comissão Tripartite Nacional, assegurada a participação de um membro do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, e considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade ou empreendimento.
 - (C) localizados ou desenvolvidos em terras indígenas.
 - (D) localizados ou desenvolvidos no mar territorial, na plataforma continental ou na zona econômica exclusiva.
 - (E) que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, conforme tipologia definida pelos respectivos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente, considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade.



28. A Resolução nº 9/1987 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA dispõe sobre a realização de Audiências Públicas no processo de licenciamento ambiental. Segundo estabelece a referida normativa,
- (A) sempre que julgar necessário, ou quando for solicitado por entidade civil, pelo Ministério Público, ou por 100 ou mais cidadãos, o Órgão de Meio Ambiente promoverá a realização de audiência pública.
 - (B) no caso de haver solicitação de audiência pública pelo Ministério Público e na hipótese do Órgão Estadual não realizá-la, a licença concedida não terá validade.
 - (C) o Órgão de Meio Ambiente, a partir da data do recebimento do Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, fixará em edital e anunciará pela imprensa local a abertura do prazo que será, no mínimo, de 90 dias para solicitação de audiência pública.
 - (D) a audiência pública será dirigida pelo representante do Ministério Público, conjuntamente com o representante do Órgão licenciador, que, após a exposição objetiva do projeto e do seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, abrirá as discussões com os interessados presentes.
 - (E) independentemente da função da localização geográfica dos solicitantes, e da complexidade do tema, não poderá haver mais de uma audiência pública sobre o mesmo projeto de respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA.
-
29. No âmbito da jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça – STJ, em matéria de responsabilidade civil ambiental,
- (A) não se admite a condenação simultânea e cumulativa das obrigações de fazer, de não fazer e de indenizar na reparação integral do meio ambiente.
 - (B) os responsáveis pela degradação ambiental são coobrigados solidários, formando-se, em regra, litisconsórcio necessário nas ações civis públicas ou coletivas.
 - (C) em matéria de proteção ambiental, não se admite a responsabilidade civil do Estado por omissão.
 - (D) a responsabilidade por dano ambiental é objetiva, informada pela teoria do risco integral, sendo o nexo de causalidade o fator aglutinante que permite que o risco se integre na unidade do ato, admitindo-se, tão somente, a invocação, pela empresa responsável pelo dano ambiental, de excludentes de responsabilidade civil para afastar sua obrigação de indenizar.
 - (E) a obrigação de recuperar a degradação ambiental é do titular da propriedade do imóvel, mesmo que não tenha contribuído para a deflagração do dano, tendo em conta sua natureza *propter rem*.
-
30. No tocante à responsabilidade penal da pessoa jurídica em matéria ambiental,
- (A) poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.
 - (B) a proibição de contratar com o Poder Público e dele obter subsídios, subvenções ou doações não poderá exceder o prazo de vinte anos.
 - (C) a responsabilidade das pessoas jurídicas exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes do mesmo fato.
 - (D) não obstante a sua previsão no art. 225 da Constituição Federal de 1988, a responsabilidade penal da pessoa jurídica não foi regulamentada pela Lei nº 9.605/1998 (Lei dos Crimes e Infrações Administrativas Ambientais).
 - (E) a prestação de serviços à comunidade pela pessoa jurídica consistirá em suspensão parcial ou total de atividades e interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade.
-
31. O crime de poluição, previsto no art. 54 da Lei nº 9.605/1998 (Lei dos Crimes e Infrações Administrativas Ambientais),
- (A) não admite a forma culposa.
 - (B) na sua modalidade simples, possui como pena a reclusão, de um a oito anos, e multa.
 - (C) terá sua pena aumentada de metade se for praticado em unidade de conservação.
 - (D) terá sua pena aumentada se resulta dano irreversível à flora ou ao meio ambiente em geral.
 - (E) terá sua pena aumentada se praticado com emprego de métodos ou instrumentos capazes de provocar destruição em massa.



32. Em relação à infração administrativa em matéria ambiental regulamentada na Lei nº 9.605/1998 (Lei dos Crimes e Infrações Administrativas Ambientais), considere:
- I. A autoridade ambiental que tiver conhecimento de infração ambiental é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante processo administrativo próprio, sob pena de corresponsabilidade.
 - II. O processo administrativo para apuração de infração ambiental deve observar o prazo máximo de 60 dias para a autoridade competente julgar o auto de infração, contados da data da sua lavratura, apresentada ou não a defesa ou impugnação.
 - III. São autoridades competentes para lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo os funcionários de órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA, designados para as atividades de fiscalização, bem como os agentes das Capitânicas dos Portos, do Ministério da Marinha.
 - IV. Qualquer pessoa, constatando infração ambiental, poderá dirigir representação às autoridades competentes para efeito do exercício do seu poder de polícia.

Está correto o que consta em

- (A) I, II e IV, apenas.
 - (B) I, II, III e IV.
 - (C) I, III e IV, apenas.
 - (D) II, III e IV, apenas.
 - (E) I, II e III, apenas.
-
33. A Lei Estadual nº 4.854/1996 estabelece a Política Estadual de Meio Ambiente do Estado do Piauí. De acordo com o referido diploma legislativo estadual
- (A) é obrigação do poder público a execução de adequadas instalações domiciliares de abastecimento, armazenamento, distribuição e esgotamento sanitário, cabendo ao usuário do imóvel a necessária observação das normas e exigências legais.
 - (B) nas zonas urbanas serão instaladas, pelo proprietário do imóvel, diretamente ou em regime de concessão, estações de tratamento, elevatórias, rede coletora e emissários de esgotos sanitários.
 - (C) é permitida a instalação de rede de esgotos sem a correspondente estação de tratamento apenas em situações excepcionais de grupos sociais vulneráveis.
 - (D) é facultativa a incineração do lixo hospitalar, bem como sua adequada coleta e transporte, sempre obedecidas as normas técnicas pertinentes.
 - (E) os agentes públicos a serviço da vigilância ambiental são competentes para colher amostras necessárias para análises técnicas e de controle e lavrar autos de infração e aplicar as penalidades cabíveis.
-
34. A Lei nº 9.985/2000 dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, estabelecendo diversas categorias de Unidades de Conservação. A respeito do tema,
- (A) a Área de Relevante Interesse Ecológico é uma área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, e tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza, sendo constituída por terras públicas ou privadas.
 - (B) a Reserva Biológica, por se tratar de Unidade de Uso Sustentável, tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sendo de posse e domínio públicos.
 - (C) o Parque Nacional é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, sendo constituído por terras públicas ou privadas.
 - (D) a Estação Ecológica tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas, sendo de posse e domínio privado.
 - (E) a Reserva Extrativista, por se tratar de Unidade de Proteção Integral, é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.



35. A Lei Estadual nº 5.178/2000 dispõe sobre a Política Florestal do Estado do Piauí. Segundo o referido diploma legislativo estadual, depende da prévia autorização do órgão competente qualquer tipo de alteração da cobertura florestal nativa visando o uso alternativo do solo, bem como que, enquanto não for estabelecido o zoneamento agroecológico econômico-florestal para o uso alternativo do solo, a substituição da cobertura florestal nativa só será permitida após vistoria prévia solicitada para desmate e desde que permaneça com cobertura arbórea de, no mínimo,
- (A) 10%.
 - (B) 20%.
 - (C) 15%.
 - (D) 25%.
 - (E) 30%.
-
36. A Lei nº 10.650/2003 dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA. Acerca do acesso à informação ambiental regulamentado no referido diploma federal,
- (A) os órgãos e entidades da Administração pública, direta, indireta e fundacional, integrantes do SISNAMA, bem como entidades privadas ficam obrigados a permitir o acesso público aos documentos, expedientes e processos administrativos que tratem de matéria ambiental e a fornecer todas as informações ambientais que estejam sob sua guarda, em meio escrito, visual, sonoro ou eletrônico.
 - (B) qualquer indivíduo, comprovado o seu interesse específico, terá acesso às informações ambientais mediante requerimento escrito, no qual assumirá a obrigação de não utilizar as informações colhidas para fins comerciais, sob as penas da lei civil, penal, de direito autoral e de propriedade industrial, assim como de citar as fontes, caso, por qualquer meio, venha a divulgar os aludidos dados.
 - (C) no prazo de sessenta dias, contado da data do pedido, deverá ser prestada a informação ou facultada a consulta aos dados e informações existentes nos órgãos ambientais.
 - (D) será facultativo aos órgãos ambientais competentes integrantes do SISNAMA elaborar e divulgar relatórios anuais relativos à qualidade do ar e da água e, na forma da regulamentação, outros elementos ambientais.
 - (E) o indeferimento de pedido de informações ou consulta a processos administrativos deverá ser motivado, sujeitando-se a recurso hierárquico, no prazo de quinze dias, contado da ciência da decisão, dada diretamente nos autos ou por meio de carta com aviso de recebimento, ou em caso de devolução pelo Correio, por publicação em Diário Oficial.
-
37. A Lei nº 9.795/1999 institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Em relação ao tema,
- (A) a educação ambiental deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino.
 - (B) nos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental, quando se fizer necessário, é obrigatória a criação de disciplina específica.
 - (C) compete exclusivamente aos Estados e ao Distrito Federal definir as diretrizes, normas e critérios para a educação ambiental, respeitados os princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.
 - (D) a Política Nacional de Educação Ambiental envolve em sua esfera de ação, além dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA, instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, os órgãos públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e organizações não-governamentais com atuação em educação ambiental.
 - (E) a educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente, mas concentrada no âmbito da educação infantil e fundamental do ensino formal.
-
38. A Lei nº 12.305/2010 institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. De acordo com o referido diploma,
- (A) destinação Final Ambientalmente Adequada constitui-se da distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos.
 - (B) disposição Final Ambientalmente Adequada constitui-se da destinação de resíduos, que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes do SISNAMA, do SNVS e do SUASA, entre elas a disposição final, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos.
 - (C) Logística Reversa constitui-se do instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.
 - (D) Responsabilidade Compartilhada pelo Ciclo de Vida dos Produtos constitui-se do conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável.
 - (E) Coleta Seletiva constitui-se do material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível.



39. Em relação à outorga dos direitos de uso de recursos hídricos, regulamentada na Lei nº 9.433/1997 (Política Nacional de Recursos Hídricos),
- (A) a outorga de direito de uso de recursos hídricos poderá ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, na hipótese de ausência de uso por cinco anos consecutivos.
 - (B) toda outorga de direitos de uso de recursos hídricos far-se-á por prazo não excedente a trinta e cinco anos, renovável.
 - (C) a outorga implica a alienação parcial das águas.
 - (D) depende de outorga pelo Poder Público, conforme definido em regulamento, o uso de recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural.
 - (E) não estão sujeitos à outorga pelo Poder Público os direitos de uso de recursos hídricos de derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo final, inclusive abastecimento público, ou insumo de processo produtivo.

40. A Lei nº 12.305/2010 (Lei da Política Nacional sobre Mudanças do Clima) estabelece diversos conceitos, objetivos, princípios, ações e instrumentos atinentes à questão climática. De acordo com o referido diploma normativo, considere:
- I. Sumidouro constitui-se do processo ou atividade que libere na atmosfera gás de efeito estufa, aerossol ou precursor de gás de efeito estufa.
 - II. Mitigação constitui-se do grau de suscetibilidade e incapacidade de um sistema, em função de sua sensibilidade, capacidade de adaptação, e do caráter, magnitude e taxa de mudança e variação do clima a que está exposto, de lidar com os efeitos adversos da mudança do clima, entre os quais a variabilidade climática e os eventos extremos.
 - III. As medidas tomadas devem levar em consideração os diferentes contextos socioeconômicos de sua aplicação, distribuir os ônus e encargos decorrentes entre os setores econômicos e as populações e comunidades interessadas de modo equitativo e equilibrado, e sopesar as responsabilidades individuais quanto à origem das fontes emissoras e dos efeitos ocasionados sobre o clima.
 - IV. A Política Nacional sobre Mudança do Clima e as ações dela decorrentes, executadas sob a responsabilidade dos entes políticos e dos órgãos da Administração pública, observarão os princípios da precaução, da prevenção, da participação cidadã, do desenvolvimento sustentável e o das responsabilidades comuns e não diferenciadas, este último no âmbito internacional, e, quanto às medidas a serem adotadas na sua execução, será considerado que todos têm o dever de atuar, em benefício das presentes e futuras gerações, para a redução dos impactos decorrentes das interferências antrópicas sobre o sistema climático.

Está correto o que consta APENAS em

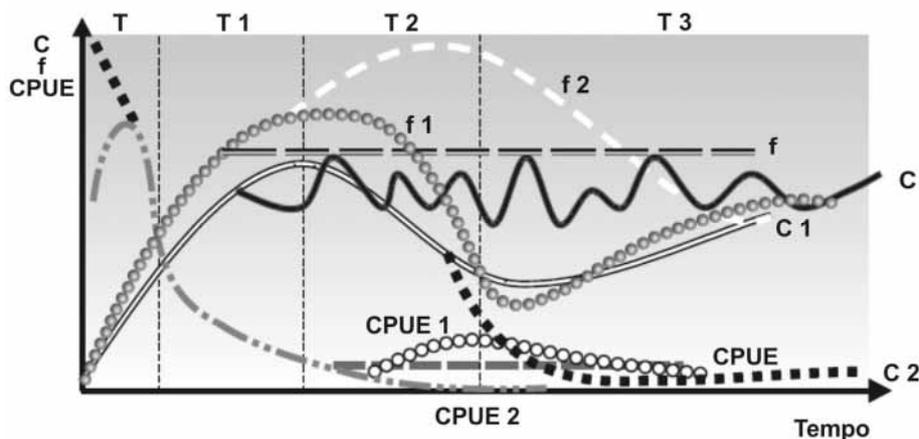
- (A) III.
 - (B) I, III e IV.
 - (C) III e IV.
 - (D) II e IV.
 - (E) I e II.
-
41. Nas atividades de manejo de fauna com vistas à diminuição de risco de fauna para acidentes aeronáuticos, a legislação considera que empreendimentos de risco à navegação aérea devem obter o Parecer Aeronáutico para o licenciamento na Área de Segurança Aeroportuária – ASA. O raio determinado para a ASA é, em Km, de
- (A) 5.
 - (B) 25.
 - (C) 15.
 - (D) 20.
 - (E) 10.
-
42. Em comunidades naturais, a variedade de organismos de uma região resultante da substituição de espécies entre os habitats denomina-se diversidade
- (A) alfa.
 - (B) beta.
 - (C) gama.
 - (D) convergente.
 - (E) não convergente.



43. A formação vegetal natural existente no Piauí, caracterizada pela presença de vegetação pioneira psamófila, vegetação subperenifólia de dunas, vegetação perenifólia de mangue, vegetação de várzea, vegetação do delta dos rios Parnaíba-Longá, vegetação dos tabuleiros e vegetação estacional secundária do cerradão, denomina-se Complexo
- (A) Vegetacional da Zona Litorânea.
(B) Vegetacional de Campo Maior.
(C) Ibiapaba-Araripe.
(D) das Dunas do São Francisco.
(E) da Chapada Diamantina.
-
44. A fitofisionomia composta de escrube e árvores baixas (de 3 a 7 m), devendo-se ressaltar que as árvores com 3 m ou mais representam pouco menos de 10 – 30% de cobertura (proporção da área entre copas) e quase todas as árvores medem menos de 12 m de altura, denomina-se:
- (A) Cerradão.
(B) Cerrado *senso strictu*.
(C) Campo cerrado.
(D) Cerradinho.
(E) Cerrado *senso lato*.
-
45. NÃO é uma das características da caatinga:
- (A) alta densidade de indivíduos, com 1.000 a 5.000 árvores por hectare.
(B) árvores de pequeno a médio porte, com altura dominante variando entre 3 m e 6 m.
(C) regeneração por rebrota de tocos e raízes.
(D) estoques baixos, porém com incrementos médios anuais relativamente altos.
(E) baixa resiliência, ou seja, baixa capacidade de recuperação após algum tipo de intervenção.
-
46. Em relação à Resolução CONSEMA-PI nº 013, de 07 de outubro de 2010, que dispõe sobre procedimentos técnicos para elaboração, apresentação, execução e avaliação técnica de Planos de Manejo Florestal Sustentável – PMFS da vegetação da Caatinga e suas formações sucessoras, considere:
- I. Na área de reserva legal, o PMFS será executado por meio de corte seletivo com redução de, no máximo, 50% da área basal.
- II. O ciclo de corte inicial projetado será de, no mínimo, 10 anos para produção de lenha e mínimo de 12 anos para produção de estacas e mourões.
- III. O Termo de Responsabilidade de Manutenção de Floresta Manejada vincula o uso da floresta ao uso sustentável pelo período de duração, no mínimo, do ciclo de corte da última Unidade de Produção Anual – UPA explorada.
- IV. Estimativa da produtividade anual da floresta manejada em volume (m³/ha/ano), com base em resultados de pesquisa e inventário florestal regional fornecido pelo órgão ambiental estadual.
- V. Deverá ser informada a equação volumétrica com parâmetros preferencialmente ajustados para a tipologia em questão e com a devida referência bibliográfica, salvo no caso de equação desenvolvida para a área do Plano de Manejo.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) II e III.
(B) I, II e V.
(C) I e IV.
(D) I, III e V.
(E) II, IV e V.



47. O gráfico abaixo representa a dinâmica teórica de uma pescaria profissional.



(Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/livros/gestaodosrecursospesqueirosdigital.pdf>)

Sobre os parâmetros utilizados no gráfico:

- (A) T, T1, T2 e T3 representam o tempo em distintos momentos da pescaria; C, C1 e C2 representam a captura em diferentes situações; f, f1 e f2 representam esforço de pesca em níveis distintos e CPUE; CPUE1 e CPUE2 representam captura por unidade de esforço em diferentes oportunidades.
- (B) T, T1, T2 e T3 representam o tempo em distintos momentos da pescaria; C, C1 e C2 representam a concentração de cardumes em diferentes situações; f, f1 e f2 representam fator de captura e CPUE; CPUE1 e CPUE2 representam captura por unidade de esforço em diferentes oportunidades.
- (C) T, T1, T2 e T3 representam tentativas de captura; C, C1 e C2 representam a captura em diferentes situações; f, f1 e f2 representam fator de captura e CPUE; CPUE1 e CPUE2 representam captura por unidade de esforço em diferentes oportunidades.
- (D) T, T1, T2 e T3 representam tentativas de captura; C, C1 e C2 representam a captura em diferentes situações; f, f1 e f2 representam esforço de pesca em níveis distintos e CPUE; CPUE1 e CPUE2 representam tentativas e capturas por unidade de esforço.
- (E) T, T1, T2 e T3 representam tentativas de captura; C, C1 e C2 representam a captura em diferentes situações; f, f1 e f2 representam fator de captura e CPUE; CPUE1 e CPUE2 representam tentativas e capturas por unidade de esforço.

48. Sobre os objetivos do Plano Estadual de Recursos Hídricos do Piauí – PERH-PI, considere:

- I. Diagnóstico histórico e temporal das disponibilidades hídricas e das demandas reprimidas das bacias hidrográficas.
- II. Alternativas de compatibilização das disponibilidades e demandas hídricas, nos aspectos quantitativo e qualitativo e conflitos pelo uso da água.
- III. Identificação de alternativas de incremento/oferta das disponibilidades hídricas.
- IV. Definição das medidas mitigadoras para redução da carga poluidora e de controle quantitativo das demandas.
- V. Articulação e compatibilização dos interesses internos e externos às bacias do Estado.

Está correto o que consta APENAS em:

- (A) I, II, III e IV.
 (B) II, III, IV e V.
 (C) I, III, IV e V.
 (D) I, II, III e V.
 (E) I, II, IV e V.

49. O conceito de densidade hidrográfica em uma bacia hidrográfica se refere à

- (A) relação entre o comprimento do canal principal e a distância vetorial entre os extremos do canal.
- (B) relação entre o comprimento total dos cursos d'água (sejam eles efêmeros, intermitentes ou perenes) de uma bacia e a sua área total.
- (C) relação existente entre o número de rios ou cursos d'água e a área da bacia hidrográfica.
- (D) diferença entre a elevação máxima e a elevação mínima.
- (E) relação da forma da bacia com a de um retângulo, correspondendo à largura média da bacia e o comprimento axial da bacia.



50. A Norma Brasileira que trata da preservação e técnicas de amostragem de efluentes líquidos e corpos receptores é a
- (A) NBR 9898.
 - (B) NBR ISO 14.064.
 - (C) NBR 9897.
 - (D) NBR 15.515-1.
 - (E) NBR 15.527.

51. Ao Comitê de Bacias Hidrográficas compete
- (A) manter o balanço atualizado da disponibilidade de recursos.
 - (B) efetuar a cobrança pelo uso de recursos hídricos.
 - (C) outorgar os direitos de uso de recursos hídricos.
 - (D) arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos.
 - (E) gerir o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos.

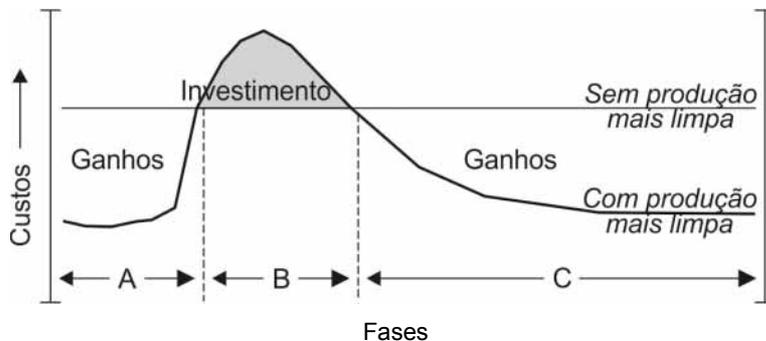
52. Avaliando-se os efluentes lançados por uma indústria no rio Parnaíba, encontraram-se os valores mostrados na tabela abaixo.

Parâmetro	Valor (mg/L)
Cádmio total	0,3
Cromo hexavalente	0,01
Ferro dissolvido	14,5
Mercúrio total	0,002
Sulfeto	2,5

Desse modo, obedecem à legislação (Resolução CONAMA 397/2008), quanto ao valor máximo permitido para o lançamento em corpos d'água,

- (A) Cádmio total, Ferro dissolvido e Sulfeto.
 - (B) Cromo hexavalente, Ferro dissolvido e Mercúrio total.
 - (C) Cádmio total, Cromo hexavalente e Sulfeto.
 - (D) Ferro dissolvido, Mercúrio total e Sulfeto.
 - (E) Cromo hexavalente, Mercúrio total e Sulfeto.
53. A cidade de São Paulo apresenta exemplos interessantes de como se trabalhar áreas que anteriormente haviam sido degradadas. Exemplos desse trabalho são a raia olímpica da Cidade Universitária da USP, instalada em uma antiga área de extração de areia em planície aluvionar do Rio Pinheiros, e o lago do Parque Ibirapuera, instalado em antiga cava de extração de areia. Nesses exemplos, foi colocado em prática o conceito de
- (A) Recuperação de áreas degradadas.
 - (B) Restauração de áreas degradadas.
 - (C) Regeneração de áreas degradadas.
 - (D) Reabilitação de áreas degradadas.
 - (E) Resiliência de áreas degradadas.

54. A figura abaixo se refere à aplicação de metodologia de produção mais limpa:



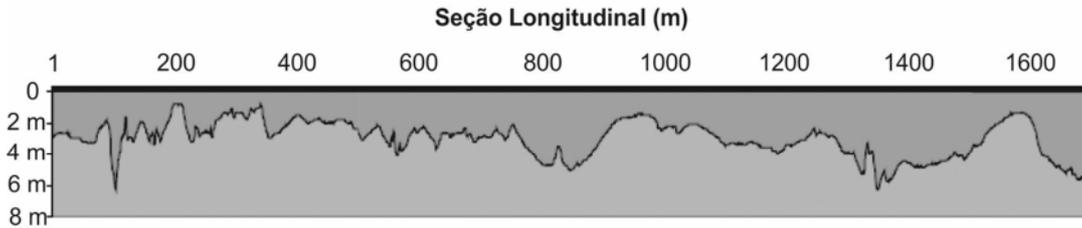
(Venanzi e Roque da Silva, 2016)

O título mais apropriado para essa figura é:

- (A) Curva de impacto na estrutura dos custos de uma empresa típica com a adoção da produção mais limpa.
- (B) Curva de dinâmica de produção com a adoção da produção mais limpa.
- (C) Gráfico de variação temporal do rendimento operacional da produção mais limpa.
- (D) Curva de resposta de lucro com investimento de recursos em produção mais limpa ao longo do tempo.
- (E) Gráfico de variação da temporalidade produtiva com a implementação da produção mais limpa.



55. Considere a figura abaixo relativa aos dados topológicos do interior de um canal fluvial.



O gráfico representa:

- (A) o perfil batimétrico entre as margens do rio.
 (B) a profundidade máxima do canal fluvial de aproximadamente 1 m.
 (C) o perfil batimétrico ao longo de um trecho do canal fluvial.
 (D) a variação da profundidade do canal fluvial com o decorrer do tempo.
 (E) a sazonalidade da vazão do canal fluvial.
-
56. Dentre os sensores utilizados para obtenção de dados e informações remotas, os seguintes equipamentos são não-imageadores:
- (A) Scanner, radar e espectrorradiômetro.
 (B) Radiômetro de banda, scanner e radar.
 (C) Radiômetro de varredura, radiômetro de banda e espectrorradiômetro.
 (D) Radiômetro de varredura, radiômetro de banda e scanner.
 (E) Radiômetro de varredura, espectrorradiômetro e scanner.
-
57. O método de planejamento ambiental no qual o ambiente é analisado dando-se enfoque às relações mútuas de seus componentes, partindo do pressuposto de que na natureza os fluxos de energia e matéria se processam por meio de relações em equilíbrio dinâmico, ou seja, a evolução natural dos componentes do ambiente se dá em harmonia entre si, é denominado
- (A) Leopold.
 (B) Pegada ecológica.
 (C) Banco Mundial.
 (D) Lakatos.
 (E) Tricart.
-
58. O Decreto nº 4.297, de 10 de Julho de 2002 que regulamenta o art. 9º, inciso II, da Lei nº 6.938/1981, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil – ZEE, reza que, para fins de reconhecimento pelo Poder Público Federal, a escala do ZEE dos Estados ou de Regiões, nas Macro Regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste, deve ser de:
- (A) 1:5.000.000 a 1:1.000.000.
 (B) 1:250.000 a 1:100.000.
 (C) 1:1.000.000 a 1:250.000.
 (D) 1:100.000 a 1:50.000.
 (E) 1:50.000 a 1:10.000.
-
59. O Protocolo de Kioto considera como Gases de Efeito Estufa:
- (A) Metano (CH₄), Perfluorcarbonos (PFCs), Gás Cloro (Cℓ₂) e Óxido nitroso (N₂O).
 (B) Óxido nitroso (N₂O), Hidrofluorcarbonos (HFCs), Perfluorcarbonos (PFCs) e Sulfeto de hidrogênio (H₂S).
 (C) Hexafluoreto de enxofre (SF₆), Sulfeto de hidrogênio (H₂S), Metano (CH₄) e Ozônio (O₃).
 (D) Gás Cloro (Cℓ₂), Perfluorcarbonos (PFCs) e Hexafluoreto de enxofre (SF₆) e Sulfeto de hidrogênio (H₂S).
 (E) Dióxido de carbono (CO₂), Metano (CH₄), Perfluorcarbonos (PFCs) e Hexafluoreto de enxofre (SF₆).
-
60. Conforme o Art. 7º da Lei Estadual nº 6.565/2014 do Piauí, as escolas situadas nas áreas rurais deverão incorporar os seguintes temas de educação ambiental no ensino formal:
- I. animais peçonhentos.
 II. gestão dos recursos hídricos.
 III. desertificação, desmatamento e erosão.
 IV. uso de agrotóxicos, seus resíduos e riscos ao ambiente e à saúde humana.
 V. pesca e aquicultura.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) I, II e III.
 (B) I, IV e V.
 (C) III, IV e V.
 (D) I, II e V.
 (E) II, III e IV.